



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0156055-6 – OLINDA - PE
APELANTE: CONSÓRCIO NACIONAL EMBRACON LTDA
ADVOGADA: MARIA LUCÍLIA GOMES
APELADA: JOSEANE RAMOS DA SILVA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL.

EMENTA: BUSCA E APREENSÃO – VEÍCULO –
INADIMPLÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE PURGAÇÃO DA
MORA. SENTENÇA CONFIRMADA.

Não tendo ocorrido a purgação da mora nem havendo
prova de que o débito era inexistente, consolida-se a
posse e a propriedade em favor do credor fiduciário.

DECISÃO: "À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE
PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO
DO RELATOR".

DATA DO JULGAMENTO: 13 DE JANEIRO DE 2010

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível
nº 0156055-6, em que figura como apelante o CONSÓRCIO NACIONAL EMBRACON
LTDA. e, como apelada JOSEANE RAMOS DA SILVA, ACORDAM os Excelentíssimos
Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça
do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso, de

66/93

240

acordo com o voto do relator. Tudo de acordo com os votos constantes em anexo, que integram o presente aresto.

Recife, 14 de janeiro de 2010

Adalberto de Oliveira Melo

DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

RELATOR

A/a



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

241

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0156055-6- OLINDA
APELANTE: CONSÓRCIO NACIONAL EMBRACON LTDA
ADVOGADOS: MARIA LUCÍLIA GOMES
APELADO: JOSEANE RAMOS DA SILVA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo **CONSÓRCIO NACIONAL EMBRACON LTDA**, contra sentença do Juiz *a quo*, que nos autos da Ação de Busca e Apreensão, ajuizada em razão de inadimplemento de cota de consórcio nr.9209/195, declarou extinto o processo, em razão do cumprimento da obrigação por parte da devedora fiduciária.

O Réu/Apelado em 17.02.2003 firmou contrato com garantia de Alienação Fiduciária, com o Apelante de uma motocicleta de marca Honda, modelo CG 125 Titan KS, cor azul, ano 2003, placa KHS 5246, chassi nº 9C2JC30103R255989, ficando inadimplente nas parcelas 21/07/2005 à 04/02/2006 totalizando um valor R\$ 1.329,72 (um mil trezentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos), (fs. 09/11).

Em face à inadimplência, o Consórcio Nacional Embrakon Ltda. ingressou com Ação de Busca e Apreensão, a qual teve tutela concedida liminarmente, nos termos do Dec.-Lei 911/69, alterado pela Lei 10.931/2004, (decisão fs. 17/18), concedido o prazo de 05 (cinco) dias para efetuar o depósito, o que fora cumprido pela parte devedora, conforme certidão de f.26/27.

Assim, o juiz *a quo* julgou procedente o pedido inicial e declarou extinto o presente processo, com fulcro no art.269, inciso II, do Diploma Processual Civil, revogando a medida liminar de busca e apreensão concedida, determinando à parte autora a devolução do bem demandado no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária no valor no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Determinou, ainda, a expedição do competente alvará em favor da parte autora, após comprovação nos autos da liberação do bem, assim como despesas processuais e honorários advocatícios de 05% (cinco por cento) do valor apurado da dívida, nos termos do art. 20 § 4º, do Código citado, (fs. 28/29)

TJPE
FLS.
60

201-1A

Inconformado, o autor interpôs recurso de apelação insurgindo-se sobre o valor estipulado para liquidação da dívida, R\$ 1.544,46 (um mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), requerendo o saldo devedor restante de R\$ 760,34 (setecentos e sessenta reais e trinta e quatro centavos) – concernentes à diferença das parcelas, notificações extrajudiciais, e 5% dos honorários, pedindo ao final, o provimento do apelo (fs. 31/36).

Não há contra-razões, conforme certidão de (fs.53).

É o relatório.

Ao Douto Revisor.

Recife, 10 de junho de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator



67 P

242

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0156055-6
APELANTE: CONSÓRCIO NACIONAL EMBRACON LTDA
ADVOGADOS: MARIA LUCÍLIA GOMES
PELADO: JOSEANE RAMOS DA SILVA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

VOTO

O réu, ora apelado, adquiriu, mediante contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária firmado com a empresa apelante, uma motocicleta de marca Honda, modelo CG 125 Titan KS, cor azul, ano 2003, placa KHS 5246, chassi nº 9C2JC30103R255989. Ocorre que o mesmo passou a estado de inadimplência desde a parcela de 21/07/2005, totalizando uma dívida no montante de R\$ 1.329,72 (um mil trezentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos) (fs. 09/11), resultando desse inadimplemento, o ajuizamento da ação originária de busca e apreensão.

Concedida liminarmente a tutela, em decisão de fs. 17/18, a parte ré, ora apelada, liquidou a dívida, de acordo com os cálculos apresentados pelo contador judicial, segundo decisão interlocutória (fs. 17/18), num total de R\$ 1.544,46 (um mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

A apelante interpôs o presente recurso insurgindo-se contra o referido cálculo, sob o fundamento de que restariam valores remanescentes a serem pagos referentes às diferenças nas parcelas atrasadas, mais notificações extrajudiciais e honorários de 05% (cinco por cento).

Contudo, pelo que se pode constatar, os cálculos referentes às parcelas contratuais inadimplidas foram realizados com base nos próprios valores trazidos à lide pela apelante (f.04), corrigidos pelos índices oficiais, e até mesmo estipulados contratualmente entre as partes (parágrafo único do art. 5º do contrato de f.10).

No que tange aos honorários, apesar de não serem devidos nos cálculos para fins de purgação da mora, foram calculados e pagos no mesmo montante pleiteado no presente recurso. Neste sentido:

De acordo com o princípio da causalidade, a verba honorária caracteriza-se como consequência meramente processual, não devendo ser incluída na conta de purgação da mora, sendo somente exigível em momento oportuno. Precedente. REsp 594807 / PR. Rel. Min. Fernando Gonçalves. 4a Turma. DJ 05/04/2004 p. 273

683

243

PROCESSUAL CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE, QUANDO NÃO PAGO AO MENOS 40% DO PREÇO FINANCIADO. DECRETO-LEI N. 911/69, ART. 3º, PARÁGRAFO 1º. CDC. I. Está sedimentado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a purgação da mora, em caso de contrato de alienação fiduciária, somente é possível se o devedor já houver pago pelo menos 40% (quarenta por cento) do preço financiado, desinfluentes, na espécie, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, que não revogaram o art. 3º, parágrafo 1º, do Decreto-lei n. 911/69. II. Recurso especial conhecido e provido. REsp 567890 / MG. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior. 4ª Turma. DJ 16/02/2004 p. 272.

Por fim, no que concerne às custas com notificações extra-judiciais, cabe destacar que, segundo previsão contida no §2º do art. 3º do Dec.-Lei nº911/69, o devedor fiduciante, pagando a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, obterá o bem livre de ônus, do que se conclui pela inexistência de previsão para a cobrança da referida quantia. Ademais, igualmente não há previsão contratual quanto à sua responsabilidade por parte do devedor fiduciário.

Como se não bastasse, cabe observar que a apelada não cuidou em demonstrar a fonte ou quantia certa destas custas, o que torna totalmente insubsistente seu pleito.

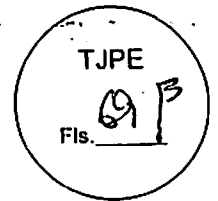
Com estes fundamentos, não vislumbro a possibilidade de qualquer modificação na sentença recorrida, de modo que nego provimento ao apelo.

É o meu voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



244

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 156055-6 - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE OLINDA

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: CONSÓRCIO NACIONAL EMBRACON LTDA.
APELADA: JOSEANE RAMOS DA SILVA

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta contra sentença (fls. 39), extinguindo o processo de busca e apreensão em virtude de purgação da mora pelo Apelado (fls. 28), de acordo com o cálculo do contador judicial (fls. 24).

A referida ação fora interposta em face do inadimplemento de parcelas vencidas do contrato com garantia de alienação fiduciária firmado entre os litigantes, tendo o douto magistrado deferido a liminar pleiteada (fls. 17/18), facultando ao demandado purgar a mora em relação às parcelas vencidas, sob pena de consolidação da propriedade e posse plena do bem em favor do Apelante, uma motocicleta Honda, modelo CG 125 Titan, ano 2003.

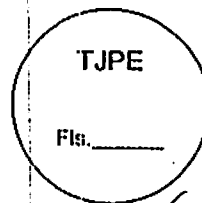
Em seguida, o ora recorrido purgou a mora, no montante de R\$1.544,46 (um mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), em consonância com o cálculo confeccionado pelo contador judicial, sendo deferida a expedição de mandado de devolução do referido objeto.

Em suas razões recursais (fls. 31/36), a Apelante aduz a incompletude do valor depositado pelo apelado, arguindo a ausência, no cálculo, do resíduo do saldo devedor, e das despesas referentes à notificação extrajudicial, custas processuais e honorários advocatícios, no que requer a reforma da sentença para depósito do complemento de tais despesas.

1 CFM



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Instado a apresentar contrarrazões, o Apelado deixou o prazo transcorrer sem resposta (certidão de fls. 53).

Adentrando no mérito, da simples leitura dos autos e dos documentos acostados verifico não prosperarem as alegações do Recorrente, pois, conforme exposto no demonstrativo do cálculo judicial de fls. 24, o contador incluiu no montante final os valores relativos aos honorários advocatícios, na base de 5% (cinco por cento) sobre o valor da dívida atualizada - além das custas processuais.

Quanto ao suposto saldo devedor de R\$688,97 (seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos) mencionado no Recurso de Apelação, não há qualquer espécie de demonstração (através de planilha, por exemplo) do porquê da cobrança deste montante, até porque não figurava na petição inicial.

Por fim, no demonstrativo de débito colacionado pelo Autor/Apelante em sua peça exordial (fls. 04), não foram cobrados valores relativos à notificação extrajudicial realizada, razão pela qual entendo ter precluído o seu direito de cobrá-la, diante da omissão de fazê-lo no momento oportuno.

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo incólume a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor